

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	5
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	6
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	7
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	8
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	9
--------------------------	---

Notas Explicativas	13
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	41
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	42
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	43
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	44
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	45
--	----

Motivos de Reapresentação	46
---------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	63.001.003
Preferenciais	0
Total	63.001.003
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	345.551	323.749
1.01	Ativo Circulante	73.842	66.641
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	67.608	60.051
1.01.03	Contas a Receber	4.434	4.794
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	4.434	4.794
1.01.04	Estoques	79	62
1.01.06	Tributos a Recuperar	188	291
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	188	291
1.01.07	Despesas Antecipadas	310	238
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.223	1.205
1.01.08.03	Outros	1.223	1.205
1.02	Ativo Não Circulante	271.709	257.108
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.210	922
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.157	897
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.157	897
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	53	25
1.02.03	Imobilizado	1.474	1.529
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.474	1.529
1.02.04	Intangível	248.622	233.633
1.02.04.01	Intangíveis	248.622	233.633
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	248.622	233.633
1.02.05	Diferido	20.403	21.024

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	345.551	323.749
2.01	Passivo Circulante	200.485	182.792
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.637	1.747
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.637	1.747
2.01.02	Fornecedores	8.526	10.419
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	8.526	10.419
2.01.02.01.01	Fornecedores	5.948	7.577
2.01.02.01.02	Cauções contratuais	2.578	2.842
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.674	2.841
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.807	1.827
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	770	657
2.01.03.01.02	Outros tributos federais	1.037	1.170
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	867	1.014
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	145.310	138.844
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	145.310	138.844
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	145.310	138.844
2.01.05	Outras Obrigações	34.206	21.807
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	18.597	17.593
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	2.640	3.422
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	15.957	14.171
2.01.05.02	Outros	15.609	4.214
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	2.472	2.472
2.01.05.02.04	Taxa de fiscalização	268	253
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	12.869	1.489
2.01.06	Provisões	8.132	7.134
2.01.06.02	Outras Provisões	8.132	7.134
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	120	28
2.01.06.02.05	Provisão para investimentos em rodovias	8.012	7.106
2.02	Passivo Não Circulante	69.993	70.019
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.076	1.263
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.076	1.263
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.076	1.263
2.02.02	Outras Obrigações	60.000	60.000
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	60.000	60.000
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	60.000	60.000
2.02.04	Provisões	8.917	8.756
2.02.04.02	Outras Provisões	8.917	8.756
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	6.062	4.973
2.02.04.02.05	Provisão para investimentos em rodovias	2.855	3.783
2.03	Patrimônio Líquido	75.073	70.938
2.03.01	Capital Social Realizado	63.001	63.001
2.03.04	Reservas de Lucros	7.937	7.937
2.03.04.01	Reserva Legal	520	520
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	7.417	7.417
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	4.135	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	44.984	31.113
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-31.813	-20.044
3.03	Resultado Bruto	13.171	11.069
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.396	-2.075
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.396	-2.191
3.04.02.01	Despesas administrativas	-2.243	-2.088
3.04.02.02	Remuneração da administração	-153	-103
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	116
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	10.775	8.994
3.06	Resultado Financeiro	-4.293	-3.626
3.06.01	Receitas Financeiras	1.959	1.238
3.06.02	Despesas Financeiras	-6.252	-4.864
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	6.482	5.368
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.347	-1.870
3.08.01	Corrente	-2.606	-2.057
3.08.02	Diferido	259	187
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	4.135	3.498
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	4.135	3.498
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,06564	0,05552
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,06564	0,05552

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	20.457	9.182
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	13.096	11.292
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) líquido	4.135	3.498
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	2.397	2.019
6.01.01.03	Provisão para manutenção em rodovias	1.107	821
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-259	413
6.01.01.05	Despesas de juros, líquidas de receitas	5.519	4.387
6.01.01.06	Resultado financeiro de ajuste a valor presente	197	154
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	7.361	-2.110
6.01.02.01	Contas a receber	360	294
6.01.02.02	Estoques	-17	-67
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-72	-23
6.01.02.04	Impostos a recuperar	103	146
6.01.02.05	Outros ativos	-46	-626
6.01.02.06	Fornecedores	175	1.748
6.01.02.07	Transações com partes relacionadas	-934	-1.275
6.01.02.08	Obrigações sociais e trabalhistas	-110	372
6.01.02.09	Obrigações fiscais	1.975	1.301
6.01.02.10	IRPJ e CSLL pagos	-2.142	-958
6.01.02.11	Cauções contratuais	-264	0
6.01.02.12	Adiantamentos de seguros	11.509	0
6.01.02.13	Juros pagos	-3.061	-2.905
6.01.02.14	Outros passivos	-115	-117
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-19.115	-9.301
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-34	-46
6.02.02	Adições ao intangível	-19.081	-9.255
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	6.215	-181
6.03.01	Captações	6.396	0
6.03.02	Pagamentos	-181	-181
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	7.557	-300
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	60.051	70.218
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	67.608	69.918

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	63.001	0	7.937	0	0	70.938
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	63.001	0	7.937	0	0	70.938
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.135	0	4.135
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.135	0	4.135
5.07	Saldos Finais	63.001	0	7.937	4.135	0	75.073

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	63.001	0	0	-4.063	0	58.938
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	63.001	0	0	-4.063	0	58.938
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.498	0	3.498
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.498	0	3.498
5.07	Saldos Finais	63.001	0	0	-565	0	62.436

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	48.032	33.837
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	31.509	26.825
7.01.02	Outras Receitas	16.523	7.012
7.01.02.01	Receitas dos serviços de construção	16.371	6.896
7.01.02.02	Receitas acessórias	152	116
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-28.760	-17.566
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-7.859	-7.473
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.329	-1.360
7.02.04	Outros	-18.572	-8.733
7.02.04.01	Custos da concessão	-1.094	-1.016
7.02.04.02	Custo de provisão de manutenção em rodovias	-1.107	-821
7.02.04.03	Custos dos serviços de construção	-16.371	-6.896
7.03	Valor Adicionado Bruto	19.272	16.271
7.04	Retenções	-2.397	-2.019
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.397	-2.019
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	16.875	14.252
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.416	1.503
7.06.02	Receitas Financeiras	1.959	1.238
7.06.03	Outros	457	265
7.06.03.01	Juros capitalizados	457	265
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	19.291	15.755
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	19.291	15.755
7.08.01	Pessoal	2.933	2.543
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.338	1.972
7.08.01.02	Benefícios	453	448
7.08.01.03	F.G.T.S.	142	123
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.541	4.611
7.08.02.01	Federais	3.980	3.283
7.08.02.03	Municipais	1.561	1.328
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	4.556	3.575
7.08.03.01	Juros	2.837	2.640
7.08.03.03	Outras	1.719	935
7.08.03.03.01	Despesas financeiras	1.450	765
7.08.03.03.02	Juros capitalizados	269	170
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	4.135	3.498
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	4.135	3.498
7.08.05	Outros	2.126	1.528
7.08.05.01	Juros partes relacionadas	1.938	1.433
7.08.05.02	Juros capitalizados	188	95

Comentário do Desempenho



São Gonçalo-RJ, 13 de maio de 2011 – A Concessionária Autopista Fluminense S/A comenta seu resultado relativo ao primeiro trimestre de 2011 (1T11), findo em 31 de março de 2011. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, estão de acordo com a Legislação Societária e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 bem como os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado (Veículos Equivalentes)

- No 1T11 o tráfego pedagiado foi de 11.550 mil veículos equivalentes. Em relação ao 1T10, houve um aumento de 10,4%, devido principalmente a recuperação e crescimento da economia e a sazonalidade do movimento de tráfego para esse período, impactado pelos períodos de chuvas e também de férias.

Receita Operacional Bruta

- No 1T11 a Autopista Fluminense obteve uma receita operacional bruta de R\$ 48 milhões contra R\$ 33,7 milhões do 1T10. A receita bruta de pedágio registrou um aumento de 17,5% em comparação ao mesmo período de 2010 (R\$ 31,5 milhões x R\$ 26,8 milhões).

Em função da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01, foi registrado como Receita de Obras R\$ 16,3 milhões (R\$ 6,9 milhões no 1T10 e R\$ 19,6 no 4T10), tendo como contrapartida igual montante na rubrica “Custos dos Serviços de Construção”, eliminando assim qualquer efeito sobre o resultado.

Custos e Despesas

- Os custos e despesas operacionais aumentaram 58,3% em relação ao 1T10. O Custo dos Serviços Prestados fechou 16,2% acima (R\$ 11,9 milhões x R\$ 10,3 milhões); Despesas Administrativas 5,6% acima (R\$ 2,2 milhões x R\$ 2,0 milhões); e Custo dos Serviços de Construção que ficou 137,4% acima ante o 1T10 em função do maior volume de obras executadas nesse período, sendo a contrapartida dos mesmos valores considerados como Receita de Obras (item anterior R\$ 16,3 milhões x R\$ 6,9 milhões), anulando assim o efeito sobre o resultado da Companhia (aplicação do ICPC 01).

EBITDA e EBITDA Ajustado

- A Companhia registrou EBITDA de R\$ 13,1 milhões no 1T11, contra R\$ 11 milhões apresentado no 1T10, sensibilizado principalmente pelo aumento da receita de pedágio, e considerando a provisão de R\$ 1,1 milhões para manutenção de rodovias, conforme Interpretação Técnica ICPC 01.

O EBITDA ajustado, sem considerar o efeito da provisão para manutenção no valor de R\$ 1,1 milhões é de R\$ 14,2 milhões, ficando 20,7% acima do registrado no 1T10 e 0,3% acima do 4T10.

Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro

- O resultado financeiro líquido do 1T11 foi negativo em R\$ 4,3 milhões, decorrente dos juros sobre mútuos com a controladora e pelos juros sobre o empréstimo ponte do BNDES. No 1T10 o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 3,6 milhões.

Lucro Líquido

- A Autopista Fluminense obteve um lucro líquido de R\$ 4,1 milhões no 1T11, contra um lucro de R\$ 3,5 milhões registrado no 1T10, resultado que é justificado principalmente pelo aumento na arrecadação de pedágio como mencionado no item receita operacional bruta.

Endividamento

- O endividamento bruto da concessionária encerrou o 1T11 em R\$ 146,3 milhões, ante R\$ 130,8 milhões registrado no 1T10, devido às liberações de sub-créditos do empréstimo ponte do BNDES e ao provisionamento de juros e encargos sobre essas liberações. Já o endividamento líquido encerrou o 1T11 em R\$ 78,7 milhões contra R\$ 60,8 milhões do 1T10 devido também às liberações do empréstimo ponte, uma vez que a variação nos montantes de Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras entre o 1T11 e o 1T10 foi de apenas R\$ 2,3 milhões.

Investimentos

- No 1T11, foram investidos R\$ 19 milhões em cumprimento do cronograma de investimentos do contrato de concessão, destacando-se principalmente as obras de recuperação do pavimento da rodovia.
- Conforme determina as novas regras contábeis com base no ICPC-01, foram feitos ajustes de imobilizado para o intangível, ficando o saldo do intangível em R\$ 248,6 milhões no 1T11, ante a R\$ 189,6 milhões no 1T10. O imobilizado fechou em R\$ 1,4 milhões no 1T11 e R\$ 1,6 milhões o 1T10.

Dividendos

- No período não houve pagamento de dividendos.

Comentário do Desempenho

ANEXO 1 – TABELA DRE

Veículos Equivalentes	1T11	4T10	1T10	Var% 1T11/4T10	Var% 1T11/1T10
	0 11.549.643	12.195.769	10.462.909	-5,3%	10,4%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS					
(em R\$ Mil)					
	1T11	4T10	1T10	Var% 1T11/4T10	Var% 1T11/1T10
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	48.032	51.393	33.721	-6,5%	42,4%
Receitas de pedágio	31.509	31.709	26.825	-0,6%	17,5%
Receitas de obras	16.371	19.634	6.896	-16,6%	137,4%
Receitas acessórias	152	50	-	204,0%	-
DEDUÇÕES DA RECEITA	(3.048)	(3.176)	(2.608)	-4,0%	16,9%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	44.984	48.217	31.113	-6,7%	44,6%
CUSTOS E DESPESAS	(31.813)	(34.905)	(20.100)	-8,9%	58,3%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(11.978)	(11.736)	(10.308)	2,1%	16,2%
Custo dos serv. de construção	(16.371)	(19.634)	(6.896)	-16,6%	137,4%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(2.204)	(2.443)	(2.088)	-9,8%	5,6%
Remuneração da administração	(153)	(167)	(103)	-8,4%	48,5%
Despesas tributárias	-	-	-	-	-
Provisão para manutenção em rodovias	(1.107)	(925)	(821)	19,7%	34,8%
Outras receitas operacionais, líquidas	-	-	116	-	-
EBITDA	13.171	13.312	11.013	-1,1%	19,6%
Margem EBITDA	29,3%	27,6%	35,4%		
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	(2.397)	(2.402)	(2.019)	-0,2%	18,7%
Depreciação de imobilizado	(65)	(114)	(65)	-43,0%	0,0%
Amortização do intangível	(1.711)	(1.649)	(1.329)	3,7%	28,7%
Amortização do diferido	(621)	(639)	(625)	-2,8%	-0,7%
RESULTADO FINANCEIRO	(4.293)	(4.302)	(3.626)	-0,2%	18,4%
Receitas financeiras	1.959	1.627	1.238	20,4%	58,3%
Despesas financeiras	(6.252)	(5.929)	(4.864)	5,5%	28,5%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	6.482	6.608	5.368	-1,9%	20,7%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(2.347)	(2.880)	(1.870)	-18,5%	25,5%
Corrente	(2.606)	(3.651)	(2.057)	-28,6%	26,7%
Diferido	259	771	187	-66,4%	38,5%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	4.135	3.728	3.498	10,9%	18,2%

Comentário do Desempenho

EBITDA AJUSTADO					
(em R\$ Mil)					
	1T11	4T10	1T10	Var% 1T11/4T10	Var% 1T11/1T10
EBITDA ¹	13.171	13.312	11.013	-1,1%	19,6%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	1.107	925	821	19,7%	34,8%
EBITDA Ajustado ²	14.278	14.237	11.834	0,3%	20,7%

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

A Concessionária Autopista Fluminense S/A é uma empresa controlada pela OHL Brasil S.A., sociedade de capital aberto listada no Novo Mercado. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os *websites* www.ohlbrasil.com.br e www.cvm.gov.br (neste acessar, em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC. FR e outras informações”).

Notas Explicativas

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Fluminense S.A. (“Sociedade”), é uma sociedade anônima domiciliada no município de São Gonçalo, no estado do Rio de Janeiro, Brasil, na Avenida São Gonçalo nº 100 Unidade 101, foi constituída em Assembléia Geral realizada em 19 de dezembro de 2007. Sua controladora e “holding” é a Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (“OHL”). Suas atividades compreendem exclusivamente a exploração sob forma de concessão, de serviço público precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração da Rodovia.

2. CONCESSÃO

A Sociedade possui o Contrato de Concessão e exploração da Rodovia BR-101/RJ, compreendendo o trecho entre a divisa RJ/ES - Ponte Presidente Costa e Silva, objeto do processo de licitação correspondente ao lote 04, em conformidade com o Edital de Licitação nº 004/2007, publicado em 15 de fevereiro de 2008 com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes da concessão da rodovia são:

- a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$2.665 na data-base da concessão. Até o fim do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$66.630, conforme determinado no contrato de concessão.

A verba de fiscalização é corrigida com o mesmo índice e na mesma data da tarifa básica de pedágio.

- b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.
- c) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no Leilão.

Notas Explicativas

- d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme Capítulo III, do Título V, do Edital do Leilão.
- e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos dos seus insumos, mão de obra e financiamentos.
- f) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do Contrato de Concessão.
- g) O Estatuto Social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do Contrato de Concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. O pedido de registro de sociedade anônima de capital aberto na Comissão de Valores Mobiliários - CVM foi concedido em 29 de março de 2010.
- h) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações financeiras à ANTT e publicá-las.

A Sociedade assumiu os seguintes principais compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 176,6 km de duplicação de rodovia.
- 3,8 km de vias laterais.
- 28,3 km de variantes e contornos.
- Construção de 17 passarelas.
- Construção de 5 praças de pedágio.
- Construção de 7 serviços de atendimento ao usuário.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de fevereiro de cada ano com base na variação do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à concessionária, ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Notas Explicativas

A Sociedade estima, na data de 31 de março de 2011, os montantes de R\$ 631.198 referentes a investimentos para melhorias na infraestrutura e de R\$ 365.866 referentes a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

Estes valores poderão ser alterados em razão de adequações e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Referidas estimativas de investimentos foram classificadas mediante laudo contratado junto a peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional – serão registrados somente quando da prestação de serviço de construção, relacionados diretamente com a ampliação/melhoria da infraestrutura.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - foram registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e estão apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na Nota explicativa nº 18.2.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

3.1. Declaração de conformidade

Elaboramos as informações contábeis intermediárias individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Em 31 de março de 2011 a Sociedade mantém registrado o montante de R\$ 20.403 relativos a gastos pré-operacionais incorridos até 31 de dezembro de 2008, conforme permitido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, enquanto as normas internacionais (IFRS) indicam o registro como resultado quando incorrido.

3.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se mencionado de outra forma.

Notas Explicativas

3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.4. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazo, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e a elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas abaixo:

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão conforme determinado pelo ICPC-01 a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível, avaliação dos benefícios econômicos futuros

Notas Explicativas

para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando principalmente os investimentos, em dois grupos: Investimentos que geram potencial de receita adicional, daqueles que não geram.

- (iii) Investimentos que geram potencial de receita adicional - São reconhecidos somente quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria da infra-estrutura.
- (iv) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - Foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 18.2.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Sociedade reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão limitado ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá em função da curva de demanda. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

Determinação das receitas de construção

Quando a concessionária contrata serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas: a responsabilidade primária pela contratação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, empresas do grupo que efetuam os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente a contratos de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparos e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gastos para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida à custo dos serviços do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível

Notas Explicativas

especificado de operacionalidade. O passivo, a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são:

4.1. Instrumentos financeiros ativos

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata em montante conhecido de caixa sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

Contas a receber

Apresentadas pelo valor de realização nas datas dos balanços são registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessária, com base em estimativas de perda.

4.2. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 10, limitada, quando aplicável, ao prazo da concessão.

Adicionalmente, os efeitos de depreciação decorrentes da análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, conforme regulamentação do ICPC 10, são revisados anualmente. Não foram identificadas modificações nas estimativas anteriormente determinadas. Conseqüentemente, não há efeitos registrados para o encerramento das demonstrações financeiras referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Notas Explicativas

4.3. Intangível

A Sociedade reconheceu um ativo intangível resultante do contrato de concessão pelo direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, registrado como mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4.4. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada período, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Por se tratar de uma única concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, e sim calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, para que reflita a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Notas Explicativas

4.5. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, estão incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

4.6. Instrumentos financeiros passivos

Classificação como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

Empréstimos e financiamentos, fornecedores e partes relacionadas

Demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária. Quando aplicável, estes são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

4.7. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes

A provisão para imposto sobre a renda e para a contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Notas Explicativas

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldo de prejuízo fiscal, base de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicáveis, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

4.8. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. O fundamento e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 18.

4.9. Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou serviços são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados. Quando a Sociedade presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

Receita oriunda da cobrança de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objetos das concessões pelos usuários.

Notas Explicativas

4.10. Ativos e Passivos objetos de Ajuste a Valor Presente

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Sociedade, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. Em 31 de março de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, os itens sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento são como segue:

- a) Provisão para investimentos: decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Sociedade e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foram calculados através do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão) e descontados através da aplicação da taxa de desconto de 5% a.a. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco uma vez que as projeções de fluxos das obrigações utilizadas pela Sociedade são por seus valores nominais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.
- b) Provisão para manutenção: decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionados à utilização e manutenção das rodovias em níveis pré estabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foram calculados através do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações e descontados através da aplicação da taxa de desconto de 5% a.a. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco uma vez que as projeções de fluxos das obrigações utilizadas pela Sociedade são por seus valores nominais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Os saldos nominais e os respectivos saldos a valor presente nas datas dos balanços estão demonstrados abaixo:

	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Passivo Circulante:		
Provisão para manutenção – nominal	125	29
Provisão para manutenção a valor presente	120	28
Efeito de ajuste a valor presente	5	1
Provisão para investimentos – nominal	8.172	7.297
Provisão para investimentos a valor presente	8.012	7.106
Efeito de ajuste a valor presente	160	191

Notas Explicativas

	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Passivo não Circulante:		
Provisão para manutenção – nominal	8.441	6.966
Provisão para manutenção a valor presente	6.062	4.973
Efeito de ajuste a valor presente	2.379	1.993
Provisão para investimentos – nominal	3.059	4.078
Provisão para investimentos a valor presente	2.855	3.783
Efeito de ajuste a valor presente	204	295

A recomposição dos saldos aos seus valores nominais pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício.

4.11. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representados por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e efeitos dos ajustes a valor presente.

4.12. Dividendos propostos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº 20.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Caixa e bancos	1.482	1.148
Aplicações financeiras (*)	<u>66.126</u>	<u>58.903</u>
	<u>67.608</u>	<u>60.051</u>

(*) Representadas por aplicações de liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja participação de carteira é a seguinte:

Notas Explicativas

	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Certificados de Depósito Bancário	24.856	36.365
Fundos de investimentos	<u>41.270</u>	<u>22.538</u>
	<u>66.126</u>	<u>58.903</u>

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Receitas acessórias a receber	102	24
Pedágio eletrônico a receber	3.826	4.293
Cupons de pedágio a receber	421	408
Cartões de pedágio a receber	<u>85</u>	<u>69</u>
	<u>4.434</u>	<u>4.794</u>

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis.

O prazo médio de vencimento das contas a receber é de trinta dias.

7. DESPESAS ANTECIPADAS

Estão representadas por:

	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Seguros	306	238
Outros	<u>4</u>	<u>-</u>
	<u>310</u>	<u>238</u>

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

Estão representados por:

	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Imposto de renda e contribuição social	-	100
IRRF sobre aplicações financeiras	18	18
IRRF sobre serviços de terceiros	3	6
Outros impostos a recuperar	<u>167</u>	<u>167</u>
	<u>188</u>	<u>291</u>

Notas Explicativas**9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS**

Estão representados por:

	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Diferenças temporárias:		
Bases do ativo diferido:		
Impostos diferidos sobre prejuízos fiscais		
Prejuízo fiscal do período/exercício	-	-
Alíquota vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Crédito esperado de impostos	-	-
Efeito de adições e exclusões	-	-
Crédito contabilizado	-	<u>1.971</u>
Saldo realizado no período/exercício	-	<u>(1.971)</u>
Saldo a realizar	-	-
Ajustes por mudança de práticas contábeis		
Mudança de critério da amortização de investimentos	4.951	4.329
Amortização de intangível de obras futuras	(544)	(472)
Provisão para manutenção de rodovias	(5.895)	(4.788)
Resultado financeiro de AVP	<u>(1.898)</u>	<u>(1.703)</u>
Estorno de capitalização de juros	<u>(15)</u>	<u>(3)</u>
	<u>(3.401)</u>	<u>(2.637)</u>
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do crédito constituído	<u>1.157</u>	<u>897</u>
Total do ativo não circulante	<u>1.157</u>	<u>897</u>

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicada pelas projeções de resultado tributável são como seguem:

<u>Período/exercício a findar em</u>	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
2012	35	27
2013	36	28
2014	37	29
2015	38	30
Após 2015	<u>1.011</u>	<u>783</u>
	<u>1.157</u>	<u>897</u>

Notas Explicativas

10. IMOBILIZADO

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Móveis utensílios e instalações	Equipamento mobiliário	Prédios e benfeitorias	Computadores e periféricos	Veículos	Imobilizado em andamento	Total
Custo do imobilizado:							
Saldo em 31.12.2010	817	734	80	407	9	-	2.047
Adições	<u>3</u>	<u>5</u>	<u>-</u>	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>10</u>
Saldo em 31.03.2011	<u>820</u>	<u>739</u>	<u>80</u>	<u>409</u>	<u>9</u>	<u>-</u>	<u>2.057</u>
Depreciação acumulada:							
Saldo em 31.12.2010	(132)	(202)	(18)	(163)	(3)	-	(518)
Depreciação	<u>(20)</u>	<u>(23)</u>	<u>(2)</u>	<u>(19)</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>(65)</u>
Saldo em 31.03.2011	<u>(152)</u>	<u>(225)</u>	<u>(20)</u>	<u>(182)</u>	<u>(4)</u>	<u>-</u>	<u>(583)</u>
Imobilizado líquido:							
Saldo em 31.12.2010	<u>685</u>	<u>532</u>	<u>62</u>	<u>244</u>	<u>6</u>	<u>-</u>	<u>1.529</u>
Saldo em 31.03.2011	<u>668</u>	<u>514</u>	<u>60</u>	<u>227</u>	<u>5</u>	<u>-</u>	<u>1.474</u>
Taxas de depreciação - %	<u>10</u>	<u>10</u>	<u>10</u>	<u>20</u>	<u>20</u>	-	-

11. INTANGÍVEL

A movimentação do intangível é como segue:

	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Licenças de software (b)	Intangível em andamento	Adiantamentos a fornecedores	Total
Custo do intangível:					
Saldo em 31.12.2010	218.451	229	21.447	1.949	242.076
Adições	13.015	16	3.588	81	16.700
Transferências	<u>1.100</u>	<u>-</u>	<u>(1.033)</u>	<u>(67)</u>	<u>-</u>
Saldo em 31.03.2011	<u>232.566</u>	<u>245</u>	<u>24.002</u>	<u>1.963</u>	<u>258.776</u>
Amortização acumulada:					
Saldo em 31.12.2010	(8.349)	(94)	-	-	(8.443)
Amortização	<u>(1.699)</u>	<u>(12)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.711)</u>
Saldo em 31.03.2011	<u>(10.048)</u>	<u>(106)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(10.154)</u>
Intangível líquido:					
Saldo em 31.12.2010	<u>210.102</u>	<u>135</u>	<u>21.447</u>	<u>1.949</u>	<u>233.633</u>
Saldo em 31.03.2011	<u>222.518</u>	<u>139</u>	<u>24.002</u>	<u>1.963</u>	<u>248.622</u>

(a) Refere-se a obras e serviços realizados na rodovia, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros sendo amortizados com base na curva de tráfego projetado.

(b) Amortização em cinco anos.

Notas Explicativas**12. DIFERIDO**

Estão representados por:

	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	4.496	4.496
Consumo	4.298	4.298
Custos contratuais da concessão	3.549	3.549
Depreciações e amortizações	80	80
Conservação da rodovia	10.847	10.847
Serviços de terceiros	1.207	1.207
Tributários	1.240	1.240
Resultados financeiros	(351)	(351)
Outros gastos	<u>(12)</u>	<u>(12)</u>
	25.354	25.354
Amortização acumulada	<u>(4.951)</u>	<u>(4.330)</u>
	<u>20.403</u>	<u>21.024</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido nos contratos de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>Encargos Anuais</u>	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Passivo Circulante:			
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) (a)	TJLP + 2,6% a.a.	731	725
	TJLP + 2,8% a		
Financiamento de investimentos (BNDES) (b)	3,58% a.a.	<u>144.579</u>	<u>138.119</u>
		<u>145.310</u>	<u>138.844</u>
Passivo não circulante:			
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) (a)	TJLP + 2,6% a.a.	<u>1.076</u>	<u>1.263</u>
		<u>1.076</u>	<u>1.263</u>

- (a) Refere-se a contratos para a compra de grupos geradores, caixas d'água, sistema de controle de tráfego e quadros de distribuição de força e luz. A garantia desses empréstimos e financiamentos é a alienação fiduciária dos bens e aval através de nota promissória em montante equivalente a 130% do valor principal de cada contrato.

Notas Explicativas

- (b) Refere-se a contrato de abertura de crédito firmado com o BNDES para a execução de serviços iniciais, de recuperação, conservação, monitoramento contínuo, manutenção, melhoramentos, ampliação e operação das rodovias, além de aquisição de equipamentos, materiais e instalações destes e está garantido por aval dos acionistas e cartas fianças bancárias contratadas junto a instituições financeiras de primeira linha.

Os empréstimos obtidos junto ao BNDES estão sujeitos a certas cláusulas restritivas que devem ser seguidas de modo a evitar antecipação do seu vencimento. Essas cláusulas são como segue:

Da Sociedade

- Manter situação regular com suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente.
- Não constituir, salvo autorização prévia e expressa do BNDES, garantias com outros credores.
- Não constituir garantia real em virtude de determinação legal ou garantia em juízo, sem comunicar previamente e formalmente ao BNDES.
- Não se constatar situação de inadimplemento de qualquer obrigação da Sociedade ou de sua Controladora.
- Não alterar o controle efetivo da Sociedade após a contratação da operação sem prévia e expressa autorização do BNDES.
- Em caso de redução de quadro de pessoal durante o período de vigência do contrato, oferecer programa de treinamento voltado para as oportunidades de trabalho na região e/ou recolocação dos trabalhadores em outras empresas.

Do acionista

- Não incluir a Sociedade em acordos societários, estatuto ou contrato social que impliquem em restrições à capacidade de crescimento, acesso a novos mercados e prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações com o BNDES.
- Não submeter à oneração, ações de sua propriedade e da Sociedade ou à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos, que importem em modificações na atual configuração da Sociedade, sem a aprovação do BNDES.
- Não realizar distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre o capital próprio cujo valor, supere o percentual estabelecido por lei.
- Não promover atos ou medidas que prejudiquem ou alterem o equilíbrio econômico-financeiro da Sociedade.

Notas Explicativas

- Tomar as providências necessárias para garantir o atendimento da finalidade da operação do empréstimo.
- Manter a razão entre a dívida líquida (dívida bruta - caixa e equivalentes de caixa) e o EBITDA (lucro antes dos impostos, depreciação, amortização e juros) inferior ou igual a 5 (cinco) vezes durante o cumprimento do contrato de financiamento, e a razão entre o patrimônio líquido e o ativo total maior ou igual a 20%.
- Apresentar ao BNDES o balanço trimestral revisado por empresa de auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas nas datas das demonstrações financeiras.

A Sociedade está concluindo com o BNDES a estruturação de financiamento de longo prazo, com o objetivo de liquidar os empréstimos que vencem no curto prazo.

O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

14. FORNECEDORES

Em 31 de março de 2011, o saldo de R\$ 5.948 (R\$ 7.577 em 31 de dezembro de 2010) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços relacionados predominantemente à concessão e inclui gastos com aquisição de estoques e itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

15. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Estão representadas por:

	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Imposto de renda	587	485
Contribuição social	183	172
IRRF	234	254
Programa de Integração Social – PIS	70	68
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS	325	314
Tributos federais retidos	408	534
Impostos Sobre Serviços – ISS	<u>867</u>	<u>1.014</u>
	<u>2.674</u>	<u>2.841</u>

Notas Explicativas

16. CAUÇÕES CONTRATUAIS

Referem-se a 5% do valor das notas fiscais relativas à prestação de serviços por empreiteiras, que será pago após o término e a aprovação da obra pela Administração da Sociedade. Os saldos em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 estavam representados respectivamente por R\$ 2.578, R\$ 2.842.

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Estão substancialmente representadas pelas seguintes operações:

	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Passivo circulante:		
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (c)	996	1.017
Paulista Infra-Estrutura Ltda. (b)	610	565
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	1.971	2.815
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (b)	59	42
Mútuos - Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (a)	<u>14.961</u>	<u>13.154</u>
	<u>18.597</u>	<u>17.593</u>
Passivo não circulante:		
Mútuos - Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (a)	<u>60.000</u>	<u>60.000</u>

- (a) Refere-se a mútuos obtidos para financiamento das operações da Sociedade e dos gastos iniciais na análise e no levantamento qualitativo e quantitativo para a participação da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. ("OHL") (sociedade controladora) no processo de licitação da concessão e notas de débitos relacionados às despesas advocatícias, entre outras similares. Os juros são calculados tendo como base 100% da variação do CDI mais 1,037% ao ano. O saldo é composto como segue:

Data da liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Saldo devedor	
				31.03.2011	31.12.2010
04/09/2008	Março de 2012	CDI + 1,037% a.a.	6.000	7.629	7.445
17/09/2008	Março de 2012	CDI + 1,037% a.a.	1.000	1.266	1.236
25/09/2008	Março de 2012	CDI + 1,037% a.a.	10.000	12.627	12.323
06/10/2008	Abril de 2012	CDI + 1,037% a.a.	8.000	10.069	9.826
27/10/2008	Abril de 2012	CDI + 1,037% a.a.	9.000	12.249	10.977
05/11/2008	Mai de 2012	CDI + 1,037% a.a.	6.000	7.475	7.295
27/11/2008	Mai de 2012	CDI + 1,037% a.a.	7.000	8.657	8.449
05/12/2008	Junho de 2012	CDI + 1,037% a.a.	5.000	6.167	6.018
19/12/2008	Junho de 2012	CDI + 1,037% a.a.	<u>8.000</u>	<u>9.822</u>	<u>9.585</u>
			<u>60.000</u>	<u>74.961</u>	<u>73.154</u>

Notas Explicativas

Os juros vencem anualmente no mês de dezembro, contados a partir de dezembro de 2011. Para os contratos cujo vencimento do principal ocorrer em data diferente do mês de dezembro; os juros incorridos serão recebidos na mesma data do principal.

- (b) Referem-se à prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade, efetuadas por sociedades controladas da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (“OHL”).
- (c) As demais operações com a OHL referem-se a valores a pagar relativos a gastos iniciais na análise e no levantamento qualitativo e quantitativo para a participação da OHL em leilão da concessão e notas de débito de despesas advocatícias e outras similares.

No decorrer dos trimestres findos em 31 de março de 2011 e de 2010, a Sociedade provisionou os montantes de R\$ 153 e R\$ 103, respectivamente, a título de remuneração de seus administradores. Esses valores correspondem basicamente à remuneração da diretoria e respectivos encargos sociais. Esses diretores não recebem renda variável, não obtiveram nem concederam empréstimos à Sociedade e não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede participação nos lucros e resultados a seus colaboradores. O pagamento dessas participações está vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Os valores apurados ao final do exercício são apropriados ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para PLR registrados em 31 de março de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 são de R\$ 193 e R\$ 639, respectivamente. As metas são como seguem:

I. Dos participantes

Os participantes nos resultados da Sociedade são os empregados com vínculo empregatício ou que foram demitidos no período de abrangência deste plano.

Participam os empregados que não foram dispensados por justa causa. No caso de demissão, a participação será proporcional ao tempo trabalhado.

II. Definição dos valores

São considerados como critérios para a definição dos valores a serem pagos, aos quais serão atribuídos pesos conforme tabelas específicas, o tempo real trabalhado no período, absenteísmo, advertências e suspensões.

Notas Explicativas

18. PROVISÕES

18.1. Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade possui processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindo do curso normal de suas operações. Em 31 de março de 2011, não existe nenhum processo classificado como risco possível por seus advogados.

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

18.2. Provisão para manutenção e investimentos em rodovias

As contabilizações para manutenção e para investimentos nas rodovias são calculadas, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos, substituições, serviços de construção e melhorias, sendo que para a provisão de investimentos são considerados os valores até o final da concessão e para a manutenção são considerados os valores da próxima intervenção, conforme descrito na nota explicativa nº 3.4.

A movimentação do saldo das provisões para a manutenção e investimentos durante o trimestre findo em 31 de março de 2011 conforme segue:

	Circulante		Não Circulante	
	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias
Saldo em 31.12.2010	28	7.106	4.973	3.783
Adições	92		1.089	123
Baixas		(145)		
Transferências	-	<u>1.051</u>	-	<u>(1.051)</u>
Saldo em 31.03.2011	<u>120</u>	<u>8.012</u>	<u>6.062</u>	<u>2.855</u>

19. TAXA DE FISCALIZAÇÃO

Os saldos de R\$ 268 e R\$ 253, nas datas de 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 respectivamente, referem-se às despesas com a taxa de fiscalização a ser recolhida à ANTT, com o objetivo de cobrir a fiscalização da concessão (vide nota explicativa nº 2). O valor é anual, dividido em doze parcelas iguais e mensais, e sua correção será pelo mesmo índice e na mesma data da tarifa básica de pedágio.

Notas Explicativas

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social em 31 de março de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 63.001 e está representado por 63.001.003 ações ordinárias sem valor nominal, assim distribuídas:

	<u>Quantidade de ações subscritas</u>	<u>Participação - %</u>
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.	63.001.000	100,00
Conselho de Administração	<u>3</u>	<u>0,00</u>
	<u>63.001.003</u>	<u>100,00</u>

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral.

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para contingências, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembléia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. O saldo de R\$2.472 refere-se aos dividendos constituídos em 31 de dezembro de 2010.

21. RECEITA

Está representado por:

	<u>31.03.2011</u>	<u>31.03.2010</u>
Receita de serviços prestados	31.661	26.825
Receita de serviços de construção	<u>16.371</u>	<u>6.896</u>
	<u>48.032</u>	<u>33.721</u>

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultados do exercício:

Notas Explicativas

	<u>31.03.2011</u>	<u>31.03.2010</u>
Receita Bruta	48.032	33.721
Abatimentos sobre receitas de pedágios	(344)	(307)
ISSQN	(1.561)	(1.328)
PIS	(204)	(173)
COFINS	<u>(939)</u>	<u>(800)</u>
Receita líquida	<u>44.984</u>	<u>31.113</u>
22. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA		
Estão representados por:		
<u>Custos dos serviços</u>	<u>31.03.2011</u>	<u>31.03.2010</u>
Custos de construção	(16.371)	(6.896)
Com Pessoal	(2.014)	(1.909)
Serviços de terceiros	(3.794)	(3.718)
Depreciação / Amortização	(2.358)	(1.970)
Provisão para manutenção em rodovia	(1.107)	(821)
Conservação	(4.056)	(2.669)
Taxa de Fiscalização	(789)	(747)
Outros custos	<u>(1.324)</u>	<u>(1.314)</u>
	<u>(31.813)</u>	<u>(20.044)</u>
<u>Despesas gerais e administrativas</u>	<u>31.03.2011</u>	<u>31.03.2010</u>
Com Pessoal	(1.230)	(945)
Serviços de terceiros	(620)	(721)
Depreciação/Amortização	(39)	(49)
Consumo	(95)	(123)
Transportes	(89)	(74)
Outras despesas	<u>(170)</u>	<u>(176)</u>
	<u>(2.243)</u>	<u>(2.088)</u>

Notas Explicativas**23. RESULTADO FINANCEIRO**

Em 31 de março de 2011 e de 2010, está representado por:

	<u>31.03.2011</u>	<u>31.03.2010</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	1.959	1.223
Outras receitas	<u>-</u>	<u>15</u>
	<u>1.959</u>	<u>1.238</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros - juros e variação monetária	4.774	4.073
Encargos financeiros – reversão de ajuste a valor presente	197	154
Comissões	1.085	482
Outras despesas	<u>196</u>	<u>155</u>
	<u>6.252</u>	<u>4.864</u>

24. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos trimestres findos em 31 de março de 2011 e de 2010 é como segue:

	<u>31.03.2011</u>	<u>31.03.2010</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	6.482	5.368
Alíquota vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de (despesa) crédito de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(2.204)	(1.825)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Efeito da compensação de prejuízo fiscal	-	600
Efeitos de adições e exclusões	<u>(143)</u>	<u>(645)</u>
(Despesa) crédito contabilizado	<u>(2.347)</u>	<u>(1.870)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social compostas por:		
Correntes	(2.606)	(2.057)
Diferidos	259	187

Notas Explicativas

25. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31.03.2011</u>	<u>31.03.2010</u>
Atividades de investimentos não relacionadas em caixa- aquisição de bens do ativo imobilizado e do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	5.526	1.202

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de março de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos aos saldos de empréstimos em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de março de 2011, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I (provável)</u>	<u>Cenário II (+ 25%)</u>	<u>Cenário III (+ 50%)</u>
CDI	11,60%	14,50%	17,40%
TJLP	6,00%	7,50%	9,00%
Juros a incorrer (*)	17.080	20.398	23.717

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos doze meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Notas Explicativas

c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Sociedade a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras, cauções contratuais e contas a receber.

A Sociedade mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de março de 2011, a Sociedade apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$ 3.826 (R\$ 4.293 em 31 de dezembro de 2010), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira classificada como de primeira linha para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Gestão do risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Obrascon Huarte Lain Brasil S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Tabela do risco de liquidez e juros

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações.

Notas Explicativas

<u>Modalidade</u>	<u>Taxa de juros média ponderada % a.a.</u>	<u>2011 (a partir de abril)</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) – Juros	8,60	99	78	18
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) – Principal		<u>542</u>	<u>723</u>	<u>535</u>
		<u>641</u>	<u>801</u>	<u>553</u>
Financiamento de investimentos (BNDES) – Juros (*)	8,96	10.421	-	-
Financiamento de investimentos (BNDES) – Principal (*)		<u>143.073</u>	=	=
		<u>153.494</u>	=	=

(*) Valores calculados até dezembro de 2011, devido ao vencimento do financiamento ocorrer neste mesmo período.

e) Valor justo de instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e se aproximam de seu valor justo, devido aos:

Empréstimos e financiamentos: são substancialmente contratados a taxas de juros pós fixadas, portanto os valores estão próximos do justo;

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de vencimento de 30 dias; e

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras são vinculadas ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis. Os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes.

Notas Explicativas

27. BENEFÍCIOS

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas, quando incorridos.

28. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de melhoramento e recuperação da rodovia e das funções operacionais, de conservação ordinária da malha rodoviária e do pagamento da verba de fiscalização. Adicionalmente, a concessionária mantém coberturas de seguros necessárias e suficientes para garantir uma efetiva e completa cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo “todos os riscos” para os danos materiais, cobrindo perdas, destruição ou dano de todos os bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

Em 31 de março de 2011, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/Perda de Receita	165.000
	Responsabilidade Civil	25.100
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	58.608

A Sociedade é fiadora do seguro garantia mencionado anteriormente.

29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade está dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

Notas Explicativas

30. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

A emissão das informações trimestrais foi autorizada pela Diretoria em 10 de maio de 2011.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



QUEM SOMOS

A Autopista Fluminense, uma das nove concessionárias da OHL Brasil, é a empresa responsável, desde 2008, pelos 320 quilômetros da rodovia BR-101/RJ, no trecho que atravessa o estado do Rio de Janeiro da divisa com o Estado do Espírito Santo até a ponte Presidente Costa e Silva (ponte Rio - Niterói), em Niterói. A concessão para administrar e conservar a BR-101 por 25 anos foi obtida em leilão realizado em 9 de outubro de 2007, no qual a proposta do grupo OHL Brasil foi a vencedora entre as 13 apresentadas. O contrato foi assinado em 14 de fevereiro de 2008 e prevê investimentos de R\$ 2,3 bilhões durante sua vigência de 25 anos.

O trecho administrado

A BR-101/RJ liga as cidades de Campos dos Goytacazes, Conceição de Macabu, Quissamã, Carapebus, Macaé, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Silva Jardim, Rio Bonito, Tanguá, Itaboraí, São Gonçalo e Niterói. Ela tem 320,1 quilômetros de extensão, sendo 261,2 em pista simples e 58,9 em pista dupla. Ela tem um papel importante na rede rodoviária brasileira, promovendo a ligação entre as regiões Sudeste e Sul do País. É também relevante sob o ponto de vista econômico, conectando a região norte da costa litorânea do Estado do Rio de Janeiro e suas bacias petrolíferas. Além disso, permite o acesso a uma região de importantes pólos turísticos, como Búzios e Cabo Frio. Em termos de movimentação de cargas e passageiros, os volumes de tráfego são mais altos nas proximidades de Niterói, com tráfego médio diário anual de 25.000 veículos. O tráfego atual é composto por um expressivo volume de veículos comerciais, que chegam a alcançar até 55% do total em alguns trechos.

A OHL Brasil S.A. é maior Companhia do setor de concessões de rodovias no Brasil em quilômetros administrados, com 3.226 Km em operação. Através de suas nove concessionárias, a OHL Brasil administra rodovias localizadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Paraná. Atualmente, detém 100% do capital das seguintes concessões estaduais: Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte; e das concessões federais: Autopista Fernão Dias, Autopista Regis Bittencourt, Autopista Litoral Sul, Autopista Planalto Sul e Autopista Fluminense.

A OHL Brasil S.A. é uma empresa brasileira controlada pela OHL Concesiones, sociedade espanhola que desenvolve suas atividades na área de promoção de infra-estrutura, incluindo a seleção de projetos, participação em licitações, financiamento, construção e operação dos mesmos. Atualmente, a OHL Concesiones, além de ser acionista majoritária da OHL Brasil, administra diversas sociedades concessionárias de rodovias na Espanha, Chile, México e Argentina. A OHL Concesiones é subsidiária integral do grupo espanhol OHL, um dos líderes dos setores de construção e concessão na Espanha.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e Administradores da

Autopista Fluminense S.A

São Gonçalo – RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais contidas no formulário de Informações Trimestrais - ITR's da Autopista Fluminense S.A. ("Sociedade"), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, compreendendo o balanço patrimonial, as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, o relatório de desempenho e as notas explicativas para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias individuais tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC 2SP 011609/O-8

Walter Dalsasso

Contado

CRC 1SP 077516/O-9 "S" RJ

A via original deste relatório foi entregue à Sociedade devidamente assinada, acompanhada das folhas da ITR, revisadas por nós e estão rubricadas tão-somente para fins de identificação.

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não foi instalado Conselho Fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Na qualidade de Diretores da Concessionária Autopista Fluminense S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório da revisão especial da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as informações financeiras trimestrais relativas ao primeiro trimestre de 2011 findo em 31 de março de 2011.

Diretoria

Luis Manuel Eusébio Iñigo

Diretor Presidente

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

José Alberto Beranger Gallo

Diretor Superintendente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Na qualidade de Diretores da Concessionária Autopista Fluminense S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório da revisão especial da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as informações financeiras trimestrais relativas ao primeiro trimestre de 2011 findo em 31 de março de 2011.

Diretoria

Luis Manuel Eusébio Iñigo

Diretor Presidente

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

José Alberto Beranger Gallo

Diretor Superintendente

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Reapresentação referente a ajuste no relatório dos auditores independentes e ajustes não significativos nas notas explicativas